COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 6.347, DE 2005

(Apeços os Projetos de Lei nºs 1.758 de 1999, 2.225, de 1999, 3.085 de 2000, 3.795 de 2000, 4.726 de 2001, 7.092 de 2002, 7.487 de 2002, 2.939 de 2004, 5.754 de 2005, 1.324 de 2007, 1.347, de 2007, e 1.309, de 2011)

Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para dispor sobre o controle de consumo de serviços de telecomunicações.

Autor: SENADO FEDERAL

Relator: Deputado EROS BIONDINI

I - RELATÓRIO

Resultante da aprovação pelo Senado Federal de proposição de iniciativa do então Senador Arlindo Porto (PLS 39, de 2002), o projeto de lei sob parecer altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, conhecida como a Lei Geral de Telecomunicações, para estabelecer como direito do usuário de serviço de telecomunicações sistema de registro e medição que permita a verificação do consumo efetivo de serviços de telecomunicações, independentemente dos documentos de cobrança apresentados pelas respectivas prestadoras.

À proposição principal foram apensados os Projetos de Lei nºs 1.758 de 1999, 2.225, de 1999, 3.085 de 2000, 3.795 de 2000, 4.726 de 2001, 7.092 de 2002, 7.487 de 2002, 2.939 de 2004, 5.754 de 2005, 1.324 de 2007, 1.347, de 2007, e 1.309, de 2011.

As proposições, sujeitas à apreciação do Plenário, já foram apreciadas pela Comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, onde o projeto principal e os apensos foram rejeitados, e pela Comissão de Defesa do Consumidor, onde o projeto principal foi aprovado com emenda e os apensos foram rejeitados. As propostas ainda serão encaminhadas à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para apreciação quanto ao mérito e a respeito de sua constitucionalidade, regimentalidade e juridicidade.

II - VOTO DO RELATOR

A mudança na metodologia de mensuração do consumo de chamadas locais no Serviço Telefônico Fixo Comutado, da contagem por pulsos para a mensuração por minutos, facilitou sobremaneira a compreensão por parte dos usuários dos valores cobrados em suas faturas telefônicas. A nova sistemática permite ao consumidor fazer a conferência dos valores cobrados, evitando-se assim a ocorrência de erros. Não há como negar que esse avanço é significativo e vai ao encontro dos princípios que regem as relações de consumo entre as empresas prestadoras de serviços públicos e os respectivos consumidores.

Apesar disso, verifica-se que o panorama atual ainda se encontra longe do ideal, uma vez que a conferência no consumo, por parte do usuário, só se torna possível após o fechamento da fatura mensal, ou seja, o consumidor não dispõe *a priori* das informações sobre a utilização do serviço, informações essas registradas apenas nos sistemas informatizados das concessionárias dos serviços de telecomunicações.

Situação diversa é a que ocorre nos serviços de energia e de água, que assim como o serviço de telefonia, são serviços públicos

prestados por empresas concessionárias. Nesses casos, o usuário tem à sua disposição medidores e pode, a qualquer momento, realizar leitura parcial para verificar o real consumo dos serviços.

O que o projeto de lei sob exame pretende, bem como seus diversos apensos, é adotar, para o serviço de telefonia fixa, sistemática similar à já existente nos serviços de energia e de água. Cumpre ressaltar que no caso da telefonia móvel as divergências são minoradas, uma vez que a maioria dos aparelhos celulares dispõe do recurso de contagem das ligações efetuadas, o que não ocorre na telefonia fixa.

Não há como negar a relevância do projeto de lei sob parecer, bem como dos projetos a ele apensos. Entretanto, entendo que a forma mais objetiva de se alcançar os objetivos propostos pelas proposições seja o proposto pela emenda já aprovada na Comissão de Defesa do Consumidor, qual seja, determinar de forma direta o direito à instalação gratuita de aparelho medidor para permitir a verificação do efetivo consumo do serviço de telecomunicação.

Diante do exposto, submeto o meu voto pela APROVAÇÃO, no mérito, do Projeto de Lei nº 6.347, de 2005, nos termos da emenda da Comissão de Defesa do Consumidor, e pela REJEIÇÃO dos apensos, os Projetos de Leis nºs 1.758, de 1999; 2.225, de 1999; 3.085, de 2000; 3.795, de 2000; 4.726, de 2001; 7.092, de 2002; 7.487, de 2002; 2.939, de 2004; 5.754, de 2005; 1.324, de 2007, 1.347, de 2007, e 1.309, de 2011.

Sala da Comissão, em de de 2011.

Deputado EROS BIONDINI
Relator